

XIII Reunião de Antropologia do Mercosul
22 a 25 de Julho de 2019, Porto Alegre (RS)

Grupo de Trabalho: GT 65 - Intervenções urbanas e espaços contestados:
agenciamentos sociais, simbolismos e materialidades nas transformações das
cidades latino-americanas

Transformações urbanísticas, práticas estatais e mercado imobiliário na Lagoa
da Tijuca/RJ

Aline Viana de Sousa

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado
do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ)

Transformações urbanísticas, práticas estatais e mercado imobiliário na Lagoa da Tijuca/RJ

Aline Viana de Sousa (PPCIS/UERJ)

A Lagoa da Tijuca faz parte do complexo lagunar de Jacarepaguá, que corresponde a um sistema de lagoas interligadas na qual abrange também a Lagoa do Camorim, Lagoa de Marapendi e Lagoa de Jacarepaguá. A ocupação urbana no entorno inclui os bairros do Itanhangá, Barra de Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes, localizados na Zona Oeste da capital carioca. Existe uma discussão sobre a questão ambiental dessas lagoas, que se se direcionam ao despejo irregular de lixo e esgoto, como também o desmatamento e a ocupação de moradias em áreas de proteção ambiental, incluídas as margens dos rios e das lagoas e a delimitação do Parque Nacional da Tijuca, realizada por população de todas as faixas de renda (SOUSA, 2018).

Neste ambiente está o bairro do Itanhangá (Figura 1), que apresenta limites administrativos com condomínios de apartamentos e casas, favelas, pequenos comércios e serviços. Compreende moradores de classe alta na área mais próxima à Barra da Tijuca, a classe média em condomínios de casas, moradores de classe baixa distribuídos em favelas e pela Estrada do Itanhangá.



Figura 1: Localização da Lagoa da Tijuca, Itanhangá e Favela da Muzema. Fonte: Adaptado de Galdo, 2016.

A partir da minha monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais, tive meu primeiro contato com a Lagoa da Tijuca e Itanhangá. Neste trabalho foi

direcionado a compreensão da transição de atividades de pescadores do bairro e verificar um vínculo estabelecido entre estes e ambiente natural circundante. Os fatores resultantes da ocupação da Barra da Tijuca produziram como efeitos obstáculos para que pescadores da Lagoa da Tijuca, hoje moradores do Itanhangá, fossem impossibilitados de desenvolver suas atividades devido à grande quantidade de lixo descartada nas lagoas e rios, desencadeando o surgimento de uma nova forma de trabalho para esses sujeitos: o surgimento de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis (SOUSA, 2016).

Com isso, pude observar que ao longo dos anos, o bairro do Itanhangá experimentou as variáveis oriundas da expansão metropolitana do Rio de Janeiro, consolidando novas formas de estar e de morar, com o surgimento de diferenciações entre seus habitantes. De acordo com Schmidt (2013), a expansão da região do Rio das Pedras ocorre a partir da década de 1980, mediante a valorização da região Barra-Jacarepaguá, e, ao longo dos anos, pela proximidade de bairros com concentração de equipamentos de serviços, bem como investimentos de infraestrutura, nos quais possibilitou uma maior expansão imobiliária na zona oeste da cidade.

Diante dos eventos esportivos que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro, como Copa FIFA 2014 e Olimpíadas de Verão de 2016, que promoveram alterações significativas na mobilidade urbana na região, foi possível a previsão da contínua expansão imobiliária na região da Barra da Tijuca. Ao investigar sobre esses efeitos na época da graduação, me chamou atenção uma reportagem do Jornal O Globo do ano de 2011 com o seguinte título: “Para Ademi, expansão da periferia da Barra da Tijuca reflete crescimento da favelização na área”. A ADEMI se refere à sigla da Associação dos Dirigentes do Mercado Imobiliário do Rio de Janeiro, uma instituição do mercado imobiliário formal, criada nos anos 1970 por empresários do setor na cidade Rio de Janeiro. A associação, desde sua formação, possui atuação direcionada a interlocução com o poder público para garantia do desenvolvimento dos projetos de associados e do mercado, como uma representatividade política do setor. Assim, desde então me chamou atenção a vinculação da associação referente ao tema na reportagem.

Anos depois meu contato direto com ADEMI se deu pela minha participação em um grupo de pesquisa durante a especialização em Política e Planejamento Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Nas atividades da pesquisa, como entrevistas e observações de reuniões, debates e audiências públicas sobre os mecanismos de planejamento urbano da cidade do Rio de Janeiro, pude perceber empiricamente como os representantes da associação participam de forma política e organizada de reuniões e audiências que envolvem decisões da política urbana do município.

Nesse contexto, durante a escrita do trabalho de conclusão de curso na especialização do IPPUR/UFRJ verifiquei que a ampliação do mercado imobiliário no Itanhangá se manteve na ilegalidade. Em 2016 no âmbito jornalístico, verifica-se a seguinte manchete “Favela da Muzema, no Itanhangá, é tomada por construções irregulares”, publicada em 2016 no Jornal O Globo (GALDO, 2016) (Figura 2). No mesmo ano, observei a seguinte frase exposta no editorial do jornal O Globo (2016, não paginado) como parte desse processo: “O crime tem sido mais rápido que o poder público em reagir aos sinais do mercado”.



Figura 2: Vista aérea da Favela da Muzema, no Itanhangá, em 2016. Fonte: Galdo, 2016.

Em 2019, a questão da ilegalidade no Itanhangá ganhou os grandes jornais. Dois prédios de moradas na favela da Muzema desabaram no dia 12 de abril de 2019, na mesma semana da forte chuva que ocorreu no município no dia 8 de abril, que deixou 24 vítimas fatais (NITAHARA, 2019). Os prédios construídos nas encostas da Favela da Muzema fazem parte do conjunto de práticas da milícia local, com envolvimento da Associação de Moradores como

imobiliária informal, o que se tornou uma atividade comum em outras áreas da zona oeste do Rio de Janeiro nos últimos anos (REDE BRASIL ATUAL, 2019).

De acordo com Dolzan (2019) a construção de prédios na região é realizada sem autorização do poder público e de forma acelerada nas encostas, com duração de aproximadamente quatro meses. Os apartamentos são ocupados por compradores antes do término das obras e são distribuídos em prédios de seis a sete andares. Os valores e formas de pagamentos são caracterizados como acessíveis à população de baixa renda, como cobrança de quantia de entrada e parcelamento sem juros no valor aproximado de até 2 salários mínimos. Tanto a o valor do imóvel quanto a forma de financiamento se diferem no mercado imobiliário da região da Barra da Tijuca, até mesmo no próprio bairro do Itanhangá, além dos mecanismos de segurança prometidos pela milícia local, com a cobrança de taxa de condomínio mensal.

Em linhas gerais, neste trabalho reflito sobre os caminhos para a compreensão da interpretação de agentes empresariais do mercado imobiliário sobre as transformações urbanas no entorno da Lagoa da Tijuca, principalmente diante de intervenções provenientes dos megaeventos esportivos na região. Entre os efeitos dessas transformações, verifica-se como consequência a ampliação do mercado de moradia ilegal na região, ou seja, construções sem autorização do poder público municipal para a construção de prédios por grupos do crime organizado, a partir dos dados coletados até o presente momento da pesquisa.

Além disso, busco compreender quais são possíveis encaminhamentos para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado em andamento, diante da abordagem analítica do “*Studying Up*” (NADER, 1972), levando em consideração seus limites etnográficos, para a análise da visão de atores políticos do mercado imobiliário sobre a formação desses ambientes construídos no bairro do Itanhangá. Neste sentido, exploro a questão de que esses agentes do mercado imobiliário atuam de forma interdependente com as instâncias estatais, onde interesses públicos e privados se misturam a partir das relações de poder estabelecidas.

Em hipótese considero que as práticas do mercado imobiliário naquela localidade são caracterizadas como “ilegais” (mercado imobiliário “ilegal”), não só pelo não cumprimento da legislação de obras, mas por ações da milícia

local para exploração do uso da terra com as construções de moradias e infração à legislação de proteção ambiental. Quanto à atuação da ADEMI naquela localidade, a atuação da milícia no mercado de moradia é caracterizada como um fator limitante para o mercado imobiliário que opera a partir do atendimento da legislação urbanística (mercado imobiliário “legal”).

Mercado imobiliário, Estado e relações de poder

Meu primeiro contato com Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Rio de Janeiro (ADEMI RJ) se deu pela minha participação em um grupo de pesquisa que buscava resgatar narrativas de atores atuantes nas práticas do planejamento urbano no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), chamado “Análise da implantação dos planos diretores nos municípios fluminenses pelos diversos atores políticos e sociais: horizontes para a revisão”. Durante os anos de 2017 e 2018 pude perceber na minha atuação no grupo de pesquisa que esses arquitetos e urbanista participam de forma política e organizada em reuniões e audiências que envolvem decisões da política urbana do município do Rio de Janeiro, a partir de seus interesses coletivos. Durante do meu exercício na pesquisa, observei a participação árdua da associação em atividades desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR), que envolve discursões de projetos urbanos, e outras relacionadas à aprovação de projetos e leis municipais, como o novo Código de Obras do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº 198/2019).

A data de 28 de janeiro de 1971 é indicada como o marco da instituição da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Rio de Janeiro (ADEMI RJ), na qual foi fundada por um grupo de 15 empresários do mercado imobiliário, apresentados como “construtores e incorporadores”, conforme o registro de memória da história da entidade publicada no sítio eletrônico institucional (ADEMI RJ, [2019]). Nesse período, a intenção de participação desses empresários em discussões referentes ao desenvolvimento da indústria da construção se inicia historicamente no período de ditadura militar, que proporcionou a criação do Banco Nacional de

Habitação (BNH) em 1964, sendo modificado no ano de 1971 ao ser tornar uma empresa pública (MELLO, 1989).

Além disso, o início dos anos 1970 foi marcado pela presença de grandes projetos urbanísticos no Rio de Janeiro, já consolidados da década anterior, como o Túnel Rebouças, com início da construção em 1962 e abertura em 1967, e do Aterro do Flamengo, com obras indicadas em 1961 e concluídas em 1965, onde tais acontecimentos podem ser observados como favoráveis para a instituição de uma atuação de forma associativa. Outro ponto foi a transferência da capital federal para Brasília no ano de 1960, que determinou um processo de fratura na dinâmica institucional fluminense, o que proporcionou medidas para o desenvolvimento da cidade (OSÓRIO; SÁ REGO; VERSIANE, 2017).

Especificamente no recorte espacial de minha pesquisa, observa-se o Plano Piloto para urbanização da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá, idealizado pelo arquiteto Lucio Costa e datado em 1969, no qual pretendia orientar o crescimento urbano a partir de normas para o uso e ocupação do solo com definição de parâmetros construtivos específicos. Além disso, o plano mostrava a adesão a ideais modernistas e tratava de mecanismos para controlar a expansão urbana, aliado às questões paisagísticas ambientais da Baixada de Jacarepaguá, que se apresentam como características singulares da região (RESENDE; LEITÃO, 2014).

Ao longo dos anos, a ADEMI fez o uso das mídias para consolidar sua participação e apoiar investimentos de desenvolvimento econômico no estado do Rio de Janeiro que poderiam causar efeitos positivos para o mercado de moradia. Além disso, nesse processo de atuação da associação houve a aproximação ao setor financeiro e de instituições da área como a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), participação em organizações do Estado como o Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR), bem como a aproximação da ADEMI com lideranças do poder público e privado, por conta da previsão dos Megaeventos.

Logo, observa-se a presença da ADEMI no terreno das experiências políticas, caracterizada por sua atuação ser direcionada à interlocução com o poder público para garantia do desenvolvimento dos projetos de associados e do

mercado, com participação em discussões de projetos de leis e decisões administrativas do planejamento urbano da cidade, com enfoque no desenvolvimento imobiliário (FAULHABER, 2016).

Como local de interlocução com o poder público, a ADEMI faz parte do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR) criado em 2005. O COMPUR trata-se de um órgão de cunho participativo e consultivo para as discussões de pautas do desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, não possui competência decisória sobre os assuntos tratados. Constitui-se como um espaço de apresentação e debates dos projetos do poder executivo (geralmente setores das secretarias municipais), ações de planejamento urbano sobre formulação e implementação de normas da política urbana, além de projetos privados de interesse da política urbana, com promoção de audiências e consultas públicas, entre outros assuntos.

O conselho é presidido pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU) e a lista de componentes abrange entidades profissionais, empresariais, comunitárias, legislativo e outros órgãos municipais. No COMPUR a ADEMI é representada pelo presidente da entidade, João Paulo Rio Tinto de Matos, como titular, e conta com dois suplentes, José Conde Caldas e Afonso Kuenerz, vice-presidentes da associação (SMU-RJ, 2019).

Logo, pude observar o COMPUR como um dos principais canais de relação entre ADEMI e Estado, neste caso o Poder Executivo, a partir de minhas observações durante a experiência no grupo de pesquisa sobre Planos Diretores na UFRJ. Assim, pondero que as formas de atuação na cidade da associação podem ser observadas na presença e interesse direto no que diz respeito às formulações e discussões da política urbana municipal em reuniões do COMPUR, contudo sem desconsiderar outras formas. Neste sentido, naquele período as ações estavam direcionadas da ADEMI RJ principalmente para concessão de obras menos burocráticas, reformulação de legislação, bem como revisões de mecanismos do planejamento urbano na cidade, e o incentivo a financiamentos de moradia. Como exemplo, o novo Código de Obras do município do Rio de Janeiro aprovada em janeiro de 2019.

Essa nova legislação indica a diminuição do lote mínimo para construção e entre as principais mudanças é a possibilidade de construção de prédios com

apartamentos de 25 metros quadrados de área mínima, porém não sendo permitido em bairros da Zona Oeste, como Barra da Tijuca e Vargens, além do bairro Ilha do Governador. Outra principal mudança é a redução de seu conteúdo, no qual apresenta 41 artigos, sendo a que legislação anterior possuía 572 com normas estabelecidas há mais de 40 anos (SECOVI RIO, 2019).

Em conteúdo jornalístico de janeiro de 2019 do Sindicato da Habitação do Rio (SECOVI RIO, 2019), na fala do presidente da ADEMI, Cláudio Hermolin, é previsto no segundo semestre de 2019 os lançamentos de projetos de moradias com base no novo Código de Obras, com interesse imobiliário no entorno dos novos terminais de transporte público estabelecidos no município, como exemplo do Sistema BRT (Bus Rapid Transit), sigla em inglês que significa Transporte Rápido por Ônibus, que trafega em corredor exclusivo. Além disso, a reportagem expõe uma fala do Prefeito do Rio, Marcelo Crivella, no qual aponta que essa mudança na legislação pode ajudar a conter a “favelização” na cidade (SECOVI RIO, 2019). Neste sentido, é possível observar neste conteúdo uma fluidez de percepção das diretrizes desta nova legislação entre setor imobiliário e poder público.

Outro ponto se remete ao conteúdo das falas de agentes da ADEMI em jornais de grande vinculação, sobre temas vinculados ao mercado da moradia. Neste conjunto, selecionei uma reportagem de interesse do tema da pesquisa que aborda sobre a visão da ADEMI RJ sobre “uma expansão da periferia da Barra da Tijuca” e os efeitos sobre o território, como o “crescimento da favelização na área”, conforme indicado inicialmente (SCHMIDT; BORGES, 2011). O conteúdo jornalístico de 2011 aponta o crescimento da população e domicílios em 10 anos nos bairros de entorno da Barra da Tijuca, a partir dos dados censitários do IBGE, que representou no Itanhangá um aumento de mais 76,11% de moradores em 2010, ou seja, mais que o dobro do registrado em 2000 (SCHMIDT; BORGES, 2011).

A fala sobre essa expansão na região foi de Rubem Vasconcelos, vice-presidente da ADEMI naquele ano, que pontuou sobre a inexistência de lançamento imobiliário naquele ponto da cidade e que isso não explicaria esse aumento de moradores, mas sim um processo de “favelização”, com referência

ao desenvolvimento de ocupações de padrão popular e não regularizadas pelo Estado. Outro ponto é que, apesar da ADEMI estar citada no título da reportagem, no conteúdo é apresentada a visão do assunto por outros atores sociais associados a outras organizações, como Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, IBGE e associação de moradores (SCHMIDT; BORGES, 2011).

Para compreender melhor a atuação da ADEMI, tive a oportunidade de entrevistar o associado Afonso Kuenerz, arquiteto e empresário, proprietário da empresa Afonso Kuenerz Arquitetura no dia 11 de fevereiro de 2019, na sede de seu escritório. Atualmente ele encontra-se como vice-presidente da associação. Meu contato com o Afonso Kuenerz foi possível com a ajuda do professor que coordenava o projeto de pesquisa sobre Planos Diretores que eu participava no IPPUR/UFRJ. A indicação do contato de Afonso feita por Rogerio Cardeman, docente colaborador no mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFRJ, que é filho do consultor de Desenvolvimento Urbano da ADEMI, David Cardeman. Os dois são proprietários da DCArquitetura, escritório com atuação em projetos de arquitetura e planos e projetos urbanísticos.

Afonso Kuenerz está associado à ADEMI RJ por volta de 20 anos e a partir da sua experiência na entidade indicou que a entidade busca participar das discussões da política urbana na cidade, contudo a efetividade dessa participação depende da abertura oferecida pelos administradores públicos da Prefeitura, no caso a Secretaria Municipal de Urbanismo e da Câmara de Vereadores, no que diz respeito ao processo de elaboração dos projetos e a aprovação das leis urbanísticas no legislativo, respectivamente. O arquiteto considera essa participação importante, pois o mercado imobiliário atua na produção de moradias com o sentido de colaborar para que os processos urbanos avancem de forma positiva para a cidade. Neste sentido, foi ponderado sobre a abertura de diálogo na gestão atual da Prefeitura do Rio de Janeiro, do prefeito Marcelo Crivella, em relação à gestão anterior do Eduardo Paes, dentro da Secretaria de Urbanismo (SMU).

Na fala do Afonso Kuenerz a abertura de diálogo foi oferecida na atual gestão da prefeitura municipal pela secretária Verena Andreatta, arquiteta e urbanista que atuou em projetos urbanos no Rio de Janeiro, como Rio Orla, Rio Cidade e

Favela Bairro, além de ter trabalhado em Barcelona. Para ele, a secretária percebe a importância dessa contribuição da associação nos debates do planejamento urbano. Neste sentido, o arquiteto indicou que vem coordenando reuniões, há cerca de dois anos, não só no âmbito da ADEMI, mas com outros arquitetos e urbanistas, direcionadas para consolidar preposições do mercado imobiliário e encaminhar a SMU. Ainda afirmou que essas reuniões não tinham a mesma periodicidade que na antiga gestão da Prefeitura, por conta do diálogo mais moderado, mas sem romper com o direito à participação e de exposição das considerações do setor imobiliário.

Perguntei ao empresário sobre o crescimento do Itanhangá que atualmente abriga um grande quantitativo de moradores. Na percepção de Afonso existe uma clara tendência de expansão dessas comunidades naquela área, inclusive de edificações verticais na Muzema, além de indicar sobre a existência de diversos prédios construídos ilegalmente. Na percepção de Afonso, a razão deste acontecimento é que não houve, da parte da sociedade como um todo, uma preocupação com a população de baixa renda.

Afonso entende que a expansão de moradias de baixa renda foi reproduzida pela legislação urbanística da cidade por conta de lotes mínimos muito grandes, o que promoveu a ocupação em favelas, pois não há poder de compra para os habitantes de baixa renda. Além disso, até a década de 1970 nas grandes metrópoles no Brasil havia a produção de loteamentos populares, com infraestrutura e urbanização simplificada. No entanto, a legislação do Rio de Janeiro não permitiu a construção de lotes menores, o que promove, segundo Afonso, as ocupações constituídas na ilegalidade na cidade, principalmente no Itanhangá e os demais bairros de Jacarepaguá, o que compreende no seu entendimento que o mercado imobiliário não possui espaço para atuação naquela região.

Para ele, o mercado imobiliário não possui espaço de atuação na região que abrange o Itanhangá, por conta problemas de ilegalidade de construções e avanços desse tipo de atuação exercida nos últimos anos pela milícia local, ao ponto que, neste sentido, o crime organizado afeta o desenvolvimento do setor imobiliário em diversos pontos da cidade. O mesmo entende o mercado ilegal de moradias naquela localidade se associa a inexistência de ações do poder

público para combater tais práticas, além da percepção do histórico desamparo dos governantes em áreas mais carentes da cidade.

Em linhas gerais, caracterizo meu encontro com Afonso Kuenerz como uma entrevista formal, contudo esclarecedora no sentido de compreender seu entendimento sobre o Itanhangá. Como recorte verifica-se na sua narrativa a construção de prédios pela milícia na favela da Muzema e como isso, para ele como vice-presidente da ADEMI, é um fator limitante para a atuação do mercado imobiliário formal naquele bairro e outras partes da cidade com a presença da exploração do mercado de moradia informal e o domínio territorial por grupos criminosos, caracterizados pela ausência do poder público.

Sendo assim, busco dissertar sobre visão desses profissionais do mercado imobiliário, que desempenham função mediadora decisiva ao elaborarem intelectualmente categorias que incidem sobre a cidade. Em linhas gerais, gostaria de verificar a visão de cidade portada pelos agentes empresariais da política urbana envolvidos em práticas e medidas estatais sobre os territórios, especificamente no que se refere à construção de moradias na Muzema.

Como subsidio analítico destaco o “*Studying Up*” (NADER, 1972), no qual apresenta a oportunidade da antropologia de estudar os grupos da camada alta da sociedade, na medida em que, segundo a Nader (1972), antropólogos têm muito a contribuir para a compreensão de processos pelos quais o poder é exercido na sociedade. O “*Studying Up*” propõe analisar as práticas das instituições e organizações que afetam a vida cotidiana, visto que muitas vezes a populações desconhecem os atores/grupos que estão por trás dessas práticas.

Os métodos utilizados por pesquisadores das camadas mais altas apresentados por Nader (1972) são a realização de entrevistas formais e informais, face a face ou por telefone, com diferentes formatos, além da utilização de documentos referente a relações públicas, para entender a imagem que a organização preferia de si mesma que apresentam utilidade para descobrir as disposições existentes e o que os atores consideram problemático em suas atuações. Além disso, Nader (1972) aponta que o uso de documentos e memórias pessoais pode substituir a observação participante em

algumas áreas da cultura, o que levaria anos de atuação no campo se realmente quiséssemos entendê-las. Isso também significa compreender os mecanismos do controle utilizados para sua continuidade das relações de poder, propõe desafios para a presença física do antropólogo no campo.

Para Shore (2002) compreender as elites através de suas práticas é verificar que a formação do poder e que esse poder se reproduz no tempo. O estudo das elites na antropologia assume aspectos metodológicos particulares, sobretudo pelas estruturas do poder, que propõe um conjunto de desafios analíticos que depende do campo. No âmbito do político, o estudo das elites propõe observar as posições sociais ocupadas pelos atores estudados, seus poderes simbólicos que se diferenciam da camada popular, com atuações que estabelecem a manutenção de hegemonia, pelas práticas que são legitimadas e por uma noção de representatividade dos interesses públicos.

Transformações urbanísticas na Lagoa da Tijuca: da casa ao prédio

Conforme os dados levantados em minha monografia de graduação (SOUSA, 2016) o Itanhangá se originou das comunidades ribeirinhas existentes na Lagoa da Tijuca, já estabelecidas antes do processo de urbanização da Barra da Tijuca idealizado pelo Plano Lucio Costa. Vale citar que alguns antigos pescadores da Lagoa, os quais permaneceram após esta ocupação da Barra da Tijuca, hoje são moradores da Favela da Muzema (SOUSA, 2016).

As seguintes subdivisões da Muzema, de acordo com Oberg (2007), são: Cambalacho, Angu Duro, Morro do Sossego e Regata. Sabe-se que a expansão dessas ocupações se deu na década de 1950 e que, atualmente, a Favela da Muzema é local de residência de muitos nordestinos que contribuem, de forma significativa para a identidade local (OBERG, 2007). Burgos (2002) no livro “A utopia da Comunidade Rio das Pedras, uma favela carioca”, indica que o processo de ocupação na região foi marcado pelo predomínio de imigrantes nordestinos já no final da década de 1960, diante da consolidação do núcleo original do Rio das Pedras em 1969 no governo do estado da Guanabara, mesmo ano da publicação do Plano Piloto para a urbanização da baixada

compreendida ente a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá.

Nesse ambiente construído no Itanhangá experimenta-se ao longo dos anos a expansão da produção imobiliária de moradias. Desde os anos 2000, observa-se um aumento populacional no bairro, conforme a análise dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹. Além disso, vale arriscar que a chegada do Metrô ao Jardim Oceânico pode ter fomentado novamente o mercado imobiliário no Itanhangá. Verificam-se novas formas de transporte na Lagoa da Tijuca, como, por exemplo, balsas que fazem ligação à estação Jardim Oceânico, o que facilita a circulação dos moradores e trabalhadores permitindo escapar dos congestionamentos da Avenida das Américas e Estrada do Itanhangá.

Nesse contexto, existe uma clara tendência de expansão dessas comunidades, inclusive de edificações verticais na Muzema, com diversos prédios construídos ilegalmente, que avançam área de proteção ambiental, tanto na fala de Afonso Kuenerz quanto em conteúdos jornalísticos (GALDO, 2016; DOLZAN, 2019).

Segundo relato de moradores, há menos de 20 anos na localidade era somente permitido a construção de casas com até dois andares (DOLZAN, 2019). Contudo, nos últimos anos, as construções de prédios com seis a sete lugares foram intensificadas. São construções de baixo valor, que compreendem geralmente cerca de quatro apartamentos por prédio, com financiamentos sem juros e com valor de entrada, onde geralmente são entregues sem a parte elétrica e hidráulica. Os valores dos apartamentos variam de R\$ 60 mil a R\$ 200 mil. Geralmente os compradores são pessoas de baixa renda, que realizam acordos com imobiliárias na localidade, ou até mesmo com a associação de moradores em acordos informais. Para os moradores, é cobrado o valor mensal de R\$ 50,00, referente à taxa de condomínio (DOLZAN, 2019).

As construções de moradias nessas condições na Muzema ganhou a grande mídia por conta do desabamento de dois prédios na localidade chamada

¹ No ano de 2010 havia 38.415 pessoas residentes no Itanhangá, enquanto em 2000 correspondia a 21.813 moradores. Já o quantitativo de domicílios praticamente dobrou de 2000 para 2010, passando de 6.295 moradias para 12.782 (IBGE, 2001; 2011).

“Condomínio Figueira do Itanhangá”, no dia 12/04/2019 por volta de seis horas da manhã (Figura 3). Com obras interditadas em novembro de 2018, os prédios foram construídos em área de proteção ambiental (JORNAL MEIA HORA, 2019). A fiscalização na localidade, segundo moradores, é rara na região (VENAGILIA, 2019), no entanto a Prefeitura em nota oficial indica que as ações de fiscalização são complexas na localidade, pois os técnicos necessitam do apoio da Polícia Militar para realização de suas atividades (BBC, 2019).



Figura 3: Vista aérea dos prédios desabados na Favela da Muzema. Fonte: J. Meia Hora, 2019.

De acordo com Alba Zaluar, professora visitante no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), a expansão imobiliária pela milícia naquela localidade ocorre na invasão de terrenos para comercialização e em seguida na construção dos prédios de apartamentos. Para a professora, o fenômeno ocorre em toda zona oeste do Rio de Janeiro e o elevado quantitativo da construção de prédios nessa prática pode indicar a presença de muito capital, como a aplicação de dinheiro nas construções. Em entrevista a mesma indica sobre a relação entre milícia e poder público, que possui “uma penetração muito grande no estado e existe um comprometimento de pessoas que estão nos três poderes: Judiciário, Legislativo e no Executivo” (REDE BRASIL ATUAL, 2019, não paginado).

A aproximação entre poder público e o crime organizado da milícia pode ser observado também em conteúdo jornalístico de Monken (2019). De acordo com a reportagem, em despacho de uma desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a milícia “teria supostamente braços no Estado, Legislativos municipal e estadual e na Polícia Militar” (MONKEN, 2019, não paginado). As

práticas da milícia local são realizadas mediante ao controle territorial, a partir da coação, uso de arma de fogo, corrupção de agentes públicos e prática de homicídios, exploração ilegal da atividade imobiliária, além de prestação de serviços públicos essenciais, como água e energia (MONKEN, 2019).

Cabe registrar que quanto aos moradores, nota-se nas reportagens consultadas de Rede Brasil Atual (2019) e Dolzan (2019) o registro de resistência para fornecer entrevistas e um discurso positivo sobre as condições das moradias mesmo com a presença das milícias, e relatos sobre o abandono do poder público, sobretudo referente à falta de políticas públicas de habitação social.

Logo, outra contribuição que considero para o desenvolvimento da pesquisa é exposta por Das e Poole (2004). Ao analisar a Muzema como um espaço de margem do Estado, as autoras ajudam a repensar as fronteiras entre centro e periferia, público e privado, legal e ilegal, onde “as margens não são simplesmente espaços periféricos” (DAS; POOLE, 2004, p. 34). É preciso pensar o Estado como um conjunto heterogêneo que possui práticas situadas e que vai se articulando nas margens territoriais. De acordo com Asad (2004) a identificação das margens do Estado está na incerteza da lei e a arbitrariedade da autoridade do Estado que busca garantir a lei, onde a força da lei se expressa nas constantes tentativas do Estado de superar a margem.

Além disso, considero de interesse para a pesquisa a utilização dos conceitos de legibilidade e ilegibilidade do (DAS; POOLE, 2004) para compreender como são apreendidos as leis e regulamentos do Estado no campo, nos quais precisam ser desenvolvidos durante a escrita da dissertação.

Dilemas do “studying up” para a pesquisa

O desenho da pesquisa de dissertação se retrata na continuidade de analisar outros efeitos das mudanças sociais no entorno da Lagoa da Tijuca, onde meu primeiro contato com o Itanhangá se deu na elaboração da monografia de graduação em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Além disso, outro escrito que apresenta contribuições ao desenvolvimento deste objeto de pesquisa é o trabalho de conclusão de curso apresentado na Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto

de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Este trabalho buscou compreender os efeitos locais das transformações urbanísticas sobre os habitantes do bairro do Itanhangá, a fim de refletir as representações e relações de vizinhança entre os que residem e trabalham no local, especialmente na favela da Muzema e em condomínios fechados de classe média (SOUSA, 2018).

Para a dissertação, a entrada etnográfica inclui a realização de pesquisas de campo, análise de documentos, conteúdos jornalísticos e entrevistas junto a profissionais de arquitetura e urbanismo do mercado imobiliário para compreender possíveis atuações políticas e relações de poder na cidade, com o propósito de reunir depoimentos sobre suas atuações para observação, descrição e análise das estruturas desses espaços em transformação, das representações e usos que suscitam. Contudo, compartilho de dilemas do estudo das práticas estatais e empresariais no campo antropológico.

No campo da Antropologia do Poder e das Elites, uma questão que emerge é o conjunto de possibilidades de estratégias metodológicas para o estudo do poder. Assim, os obstáculos para o estudo das elites envolvem questões éticas e de consentimento da pesquisa sobre o tipo de abordagem dos atores e grupos investigados. Assim, uma das contribuições dessa leitura de Shore (2002) é a importância de relativizar a auto referência do grupo estudado, como eles se reconhecem na sociedade - empresários, administradores públicos, lideranças estatais, planejadores urbanos e outros. Isto porque é necessário também questionar a possibilidade do uso do termo “elite” como uma categoria de observação, o que remete a adotar uma cautela no uso da categoria “elite” na escrita etnográfica. Nisto, é importante observar o modo da construção de identidades dos agentes estudados, a partir de fronteiras étnicas demarcadas por estilos de vida para a concepção do imaginário e *ethos* naqueles agentes.

Inicialmente, Nader (1972) aponta sobre os obstáculos de pesquisa em termos de acesso, visto que os poderosos se encontram fora de alcance: eles não querem ser estudados, são pessoas muito ocupadas, não estão todos no mesmo lugar, ou são perigosos, entre outras razões semelhantes. Assim, os problemas de acesso são muito diferentes dos estudos das camadas populares, ou pelo menos são mais problemáticos quando estudamos os

poderosos ou as elites (NADER, 1972), no sentido de refletir sobre a adequação metodológica dos instrumentos disponíveis na antropologia que depende do campo.

Confesso que esse ponto tem sido desafiador para a marcação de entrevistas com os associados da ADEMI. Contudo, a partir da leitura de Nader (1972), compreendo que as entrevistas formais devem ser vistas como discursos oficiais do pesquisado, em que esses limites das entrevistas formais devem ser absorvidos por outros tipos de observação (documentos, conversas informais, ligações, observações em eventos e reuniões e outros).

Além disso, vale reconhecer problemas éticos no desenvolvimento das pesquisas sobre as camadas altas. Problemas éticos que emergem o estudo das elites quase sempre parecem estar confusos, particularmente na discussão de questões éticas quando se trabalha em sua própria sociedade. Deste modo, o conceito de observação participante desempenha um papel decisivo no que os antropólogos escolheram investigar, além de haver uma distinção importante que deve ser reconhecida entre "público" e "privado", mesmo quando o anonimato dos informantes é importante para ambos os setores. Ou seja, qualquer discussão sobre ética deve considerar as dimensões pública e privada do campo (NADER, 1972).

Logo, compreender as elites através de suas práticas é verificar que a formação do poder e que esse poder se reproduz no tempo. O estudo das elites na antropologia assume aspectos metodológicos particulares, sobretudo pelas estruturas do poder envolvidas que propõe um desafio analítico que depende do campo. No âmbito do político, o estudo das elites propõe observar as posições sociais ocupadas pelos atores estudados, seus poderes simbólicos que se diferenciam da camada popular, com atuações que estabelecem a manutenção de hegemonia, pelas práticas que são legitimadas e por uma noção de representatividade dos interesses públicos (SHORE, 2002).

Referências Bibliográficas

ASAD, T. Donde están las margens del estado? **Cuadernos de Antropología Social**, n. 27., Buenos Aires, Argentina. 2008. P.53-62.

ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES DE EMPRESAS DO MERCADO IMOBILIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. **ADEMI RJ**. Rio de Janeiro, [2019]. Disponível em <<https://ademi.org.br/>> Acesso em 10 nov. 2019.

BBC. **Desabamento no Rio**: o que se sabe sobre o desastre na Muzema, zona oeste carioca. 2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-47899484#share-tools>> Acesso em mai. 2019.

BURGOS, M. (Org.). **A utopia da Comunidade Rio das Pedras, uma favela carioca**. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

DOLZAN, M. **Prédios precários são regra em comunidade da Muzema, no Rio de Janeiro**. 2019. Disponível em <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/predios-precarios-sao-regra-em-comunidade-da-muzema-no-rio-de-janeiro/>> Acesso em mai. 2019.

FAULHABER, L. **Jogo Imobiliário Carioca**. 151 f. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GALDO, R. **Favela da Muzema, no Itanhangá, é tomada por construções irregulares**. 2016. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/favela-da-muzema-no-itanhanga-tomada-por-construcoes-irregulares-20691965>> Acesso em: 10 abr. 2019.

JORNAL MEIA HORA. **Dois prédios desabam na Muzema e deixam mortos e feridos**. 2019. Disponível em <<https://meiahora.ig.com.br/geral/2019/04/5633831-dois-predios-desabam-na-muzema-e-deixam-mortos-e-feridos.html>> Acesso em mai. 2019.

MELLO, M. A. B. C. de. Políticas públicas e habitação popular: continuidade e ruptura, 1979-1988. **RUA**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 37-59, 1989.

MONKEN, M. H. **Milícia de Rio das Pedras e Muzema teria braços na PM e na política municipal e estadual**. 2019. Disponível em <<https://eurio.com.br/noticia/7038/milicia-de-rio-das-pedras-e-muzema-teria-bracos-na.html>> Acesso em mai. 2019.

NADER, L. Up the anthropologist: perspectives gained from studying up. In: HYMES, D. H. (Ed.) **Reinventing Anthropology**. New York: Pantheon Books, 1972, p. 284-311.

O GLOBO. **O poder transformador do direito de propriedade**. Editorial Jornal O Globo. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/opiniao/o-poder-transformador-do-direito-de-propriedade-20703984>> Acesso em abr. 2019.

BERG, L. P. **Do Rio das vitrines à galeria dos desconhecidos**: Um estudo em psicologia social comunitária na localidade de Muzema. 2007. 198f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2007.

REDE BRASIL ATUAL. **Construção de prédios em Muzema tem ‘muito capital envolvido’, diz antropóloga**. 2019. Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/04/predios-em-muzema-possuem-suspeita-de-serem-construidos-pela-milicia/>> Acesso em mai. 2019.

REZENDE, V. F.; LEITÃO, G. Plano Piloto para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, a avaliação dos ideais modernistas após três décadas. IN: SEMINÁRIO DO COMOMO BRASIL, 5., 2003, São Carlos. **Anais...** Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

RIO DE JANEIRO. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO. **Lista de Conselheiros do COMPUR**. 2019. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6285717/4213127/ListadeConselheiros.pdf>> Acesso em abr. 2019.

SCHMIDT, S. **Em dez anos, número de imóveis em Rio das Pedras aumenta 69%: outras favelas da Barra também passam por especulação imobiliária**. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/em-dez-anos-numero-de-imoveis-em-rio-das-pedras-aumenta-69-9112579>>. Acesso em set. 2014.

SCHMIDT, S.; BORGES, W. **Para Ademi, expansão da periferia da Barra da Tijuca reflete crescimento da favelização na área**. 2011. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/para-ademi-expansao-da-periferia-da-barra-da-tijuca-reflete-crescimento-da-favelizacao-na-area-2720810>> Acesso em abr. 2019.

SECORIO. **Crivella sanciona lei que simplifica e moderniza código de obras e edificações**. 2019. Disponível em <<https://www.secovirio.com.br/noticias/crivella-sanciona-lei-que-simplifica-e-moderniza-codigo-de-obras-e-edificacoes/>> Acesso em fev. 2019.

SHORE, C. Introduction: towards an anthropology of elites. In: SHORE, C.; NUGENT, S. (orgs.). **Elite Cultures: Anthropological perspectives**. London and New York: ROUTLEDGE, 2002.

SOUSA, A. V. de. **Do peixe ao lixo: transformações urbanas e seus efeitos na produção de espaços sociais no Itanhangá**. 2018. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política e Planejamento Urbano) – IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

SOUSA, A. V. de. **Lagoa da Tijuca: reflexões sobre urbanismo, memória e meio ambiente**. 2016. 60f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – ICS/UERJ, Rio de Janeiro, 2016.

DAS, V.; POOLE, D. El estado y SUS márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 27, Buenos Aires, Argentina. 2008. P.19-52.

VENAGLIA, G. **Dois prédios desabam em comunidade do Rio de Janeiro**. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/brasil/dois-predios-desabam-em-comunidade-do-rio-de-janeiro/>> Acesso em mai. 2019.

VERSIANI, M. H.; OSORIO, M. REGO, H. R. S. Rio de Janeiro: trajetória institucional e especificidades do marco de poder. In: MARAFON, G. (org). **Revisitando o território fluminense** VI. 1ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2016, v. 1, p. 3-24.